

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.980 - MG (2018/0315663-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : MARCIA VALERIA SILVA
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE VIEIRA - MG106377
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORES : VALÉRIA DUARTE COSTA PAIVA - MG088339
RAQUEL CORREA DA SILVEIRA GOMES E OUTRO(S) -
MG075445N

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Márcia Valeria Silva, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 292):

APELAÇÃO CÍVEL – ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – DIREITO AO FGTS – IMPOSSIBILIDADE – LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 100/2007 – EFETIVAÇÃO DOS SERVIDORES – DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADI 4876.

- Impossível aplicar analogia entre a declaração de nulidade do vínculo jurídico do servidor contratado com vício de investidura e a Administração, que é celetista (art. 37, II, CR/88; art. 19-A da Lei Federal 8.036/90), ao servidor efetivado pela Lei Complementar Estadual nº 100/2007, uma vez que a natureza jurídica dos vínculos de cada um deles com a Administração Pública é diverso.

- O vínculo entre o servidor público e o Estado de Minas Gerais, por contrato temporário e em caráter excepcional (LC 100/2007), é estatutário e, mesmo nulo por afronta ao princípio da investidura, gera direito apenas ao que foi objeto do contrato (art. 39, §3º, CR/88).

- Não fazem jus ao pagamento do FGTS os servidores efetivados por força do art. 7º, da Lei Complementar Estadual nº 100/2007, face à declaração de sua inconstitucionalidade, exarada na ADI 4876/DF, com efeitos prospectivos.

A recorrente sustenta ofensa ao art. 19-A da Lei do FGTS, sob o fundamento de que "[...] o fato gerador do direito nada tem a ver com o regime jurídico no qual vigorou o contrato irregular e sim pela nulidade do vínculo, aqui declarado pelo STF, com efeito *erga omnes*" (e-STJ, fl. 316).

Pugna pela existência de dissídio jurisprudencial a respeito da interpretação do art. 19-A da Lei do FGTS consoante as razões acima.

Com contrarrazões.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A irresignação não merece prosperar.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o entendimento assentado pela Corte de origem alinha-se à jurisprudência do STJ no sentido de que o FGTS não é garantido ao servidor público admitido por contrato temporário excepcional, mas apenas para o trabalho oriundo de investidura em cargo ou emprego público, posteriormente anulado por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CF/1988. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. RELAÇÃO DE CARÁTER JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. SUJEIÇÃO ÀS REGRAS DE DIREITO PÚBLICO.

O entendimento manifestado no acórdão estadual não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que o direito ao FGTS não é garantido ao servidor público admitido por contrato temporário excepcional, mas apenas para o trabalho oriundo de investidura em cargo ou emprego público, posteriormente anulado por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CRFB/88. Desse modo, não há falar em direito aos respectivos depósitos. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.485.297/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 9/3/2015)

Incide, à hipótese, o teor da Súmula 568/STJ (O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator